

Pireneus adverte que o DF pode ficar sem água

A ocupação indiscriminada de terras localizadas em áreas de produção de água está ameaçando não apenas o equilíbrio ecológico da região como, principalmente, o fornecimento da água de consumo da população. A denúncia é do deputado Edimar Pireneus (PTR) que, no início dos trabalhos legislativos, em fevereiro, vai apresentar propostas para proteger os mananciais e evitar que Brasília "num futuro muito próximo, fique como São Paulo, onde a água é cada vez mais escassa, e corre o risco de, até o ano 2000, acabar.

Em seu pronunciamento, o parlamentar destacará que a principal fonte de abastecimento de água do DF é a Barragem do Descoberto, que cobre o consumo de cerca de um milhão de pessoas. Para proteger a barragem, que está localizada em terras do DF (88%) e de Goiás (12%), e garantir a produção e a qualidade da água o deputado propõe a desapropriação e a regularização fundiária das terras localizadas junto aos pontos de acumulação de água.

De acordo com Pireneus, essas áreas já estão identificadas e demarcadas pela Caesb, e já foram declaradas de utilidade pública pelo Governo Federal, através dos decretos 68612 e 74127, que consideram a sua desapropriação "de interesse social, para assegurar o abastecimento de água da capital da República". Além dos dois decretos,

existe, ainda, uma instrução normativa da Secretaria do Meio Ambiente, do extinto Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, que em 1988 definiu normas para a implantação da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Descoberto — a APA do Descoberto.

Bacia — Mesmo com essas medidas, denuncia Pireneus, as desapropriações ainda não foram totalmente executadas, e o lado goiano da bacia do Descoberto vem sendo ocupada rapidamente por loteamentos de características urbanas, que aumentam a densidade populacional da área e comprometem a qualidade dos mananciais que abastecem a represa. Na tentativa de solucionar esse problema, o deputado governista está propondo o remanejamento dos ocupantes das áreas, para que possa ser feita imediata regularização das terras.

Esta medida, segundo ele, é apenas um passo inicial. Como as áreas de produção de água, os mananciais e córregos afluentes localizados na margem direita do Rio Descoberto ficam do lado goiano, Pireneus defende, ao mesmo tempo, a assinatura de convênios entre o DF e o governo de Goiás, para garantir uma proteção definitiva à barragem. A seu ver, "só uma ação conjunta poderá assegurar o controle da ocupação dessas áreas, até que se cumpram as medidas previstas no decreto federal número 74127, que manda desapropriar as terras".